

089 - Almirante Joaquim José Inácio de Barros

(Barão e Visconde de Inhaúma)

Dados Biográficos

Nascimento - Em 30 de julho de 1808, em Lisboa - Portugal.

Filiação - José Vitorino de Barros e Maria Izabel de Barros.

Formação e atividades principais - Estudou os rudimentos da Língua Vernácula, as latinidades e o francês na aula do Padre Fortes, na qual teve por colegas ilustres personalidades brasileiras. Estudou lógica com o sábio cônego Januário da Cunha Barbosa. Nesta e nas outras disciplinas tantos créditos adquiriu de bom estudante que muitas vezes regeu a aula do padre Fortes. Completou o curso de Matemática da Academia de Marinha, sendo em todos os anos aprovado plenamente e gozando da estima de seus ilustres mestres.

Assentou praça de Aspirante a Guarda-Marinha em 20 de novembro de 1822. Foi promovido a Guarda-Marinha em 11 de dezembro de 1823, e em 16 de janeiro do ano seguinte embarcou para o nau D. Pedro I e nela fez a campanha de Pernambuco, Ceará e Maranhão até total pacificação destas províncias em princípios de 1825. Por esse tempo comandou no Maranhão o *cuter Independente* e concorreu para o desarmamento da força insurrecionada acima da Vila do Rosário.

Passou a Segundo-Tenente em 22 de janeiro desse ano, e em julho seguinte foi para o Rio da Prata, como oficial imediato do patacho Pará, onde entrou nos combates de 07 de fevereiro de 1826, da Colônia do Sacramento desde 26 desse mesmo mês até 14 de março.

Comandava na Colônia a bateria de Santa Rita, quando, reduzida a praça à última penúria de munições de guerra e boca, recebeu ordem do bravo e venerando General Manuel Jorge Rodrigues, depois barão de Taquari, para ir à esquadra, fundeada a perder de vista, participar o estado miserável em que estava a praça. Partiu com uma lancha desarmada e desguarnecida, atravessou por entre dezenove embarcações inimigas, cuja perseguição pode evitar, apagando a luz que lhe alumia a bússola. Chegou a bordo do Almirante no dia seguinte, e dois dias depois entrava com três navios carregados de munições de todos os gêneros por debaixo do

fogo do inimigo e dos vivas da praça, que assim pôde resistir e fazer levantar o sítio e bloqueio que a cingiam por terra e mar. Acompanhou-o neste brilhante feito de armas o Capitão de caçadores n. 8, José Fernandes dos Santos Pereira, valente oficial. O Almirante Lobo e o General Rodrigues cobriram de elogios a heroicidade desta ação, porém a recompensa recebida foi a de ser preterido na promoção seguinte.

Em fevereiro de 1827 foi à expedição da Patagônia. A corveta Duquesa de Goiás, de que era oficial perdeu-se à entrada da barra, morreram-lhe 38 praças; escapou com a vida e com a honra de ser o último oficial que abandonou o navio.

Quando se deu o grande desembarque para tomar a povoação do forte Del Carmem, entregaram-lhe o comando da escuna Constança, a quem deixaram apenas dezesseis crianças como guarnição, quatro horas depois eram o Constança e o Escudeiro atacados por cinco embarcações inimigas. Bateram-se com esplêndida bravura, mas sucumbiram, o Escudeiro por lhe faltar o rodízio, e o Constança por ser abordado por dois daqueles navios. Foi feito prisioneiro com o resto da pequena equipagem da escuna.

Tratado com insólito rigor, passando por todas as sortes de privações, foi afinal para Buenos Aires. O navio que o conduzia transportava também para aquela cidade mais 80 brasileiros prisioneiros de guerra. Em viagem apoderaram-se da embarcação; e, iludindo a vigilância da força naval que os escoltava - duas corvetas e um brigue-escuna - seguiram para Montevidéu, onde aportaram a 29 de agosto de 1827.

Passou para a barca Grenfell, e nela destacou para a barra do Rio Grande, ameaçada pelos corsários e pela esquadra de Brown. Voltou ao Rio de Janeiro em julho de 1829, e foi promovido a Primeiro-Tenente em 17 de outubro seguinte.

Em outubro de 1831 comandava a escuna Jaguaripe, quando a soldadesca da marinha insurgiu-se a bordo das presigangas, que aquela escuna e outros navios guardavam. Na noite do dia 06 desertaram os destacamentos de bordo das ditas presigangas. Não havendo ordem para persegui-los, tomou o comandante da Jaguaripe a deliberação de ver para onde se dirigiam, a fim de avisar o arsenal e providenciar-se como fosse de mister. Esta diligência salvou a cidade do Rio de Janeiro.

Presentido pelos revoltados, descarregaram eles as suas espingardas a queima-roupa sobre o escaler do intrépido comandante, que, precavido como os remadores, abaixou-se e ouviu sem dano o sibilar das balas.

Bastou o troar da descarga para dar aviso a freguesia de Santa Rita, e a da Candelária, cujos cidadãos armados correram ao arsenal e com seu fogo bem mantido vedaram a passagem da ilha das Cobras para cidade a essa horda de canibais, que se achavam em armas

dispostos a cobrirem-na de sangue e luto. Os revoltosos recolheram-se à fortaleza, que somente na tarde do dia 07 se rendeu à descrição.

Em 22 de janeiro de 1833, saindo de Santos, foi açoitado por forte travessia que, tomando cada vez mais intensidade, levou-o à praia de Otoni e Pedro Ferreira, testemunhas deste belo feito, dele deram parte ao presidente da província o Sr. Barreto Pedrosa e ele o certificou em atestado seu. Em 1839 fez-se uma promoção, e os Comandantes da Esquadra da Baía foram quase todos condecorados. O oficial porém que na colônia imitou a Julio Cesar atravessando em frágil batel uma esquadra inimiga, o oficial que na Baía foi saudado por bravos estrangeiros que sabem aplaudir a bravura... esse, como na Colônia, foi... punido com outra preterição.

Por ocasião da maioridade de S. M. o Imperador, teve a honra de fazer parte da comissão que o corpo da armada deputou ao mesmo augusto senhor para cumprimentá-lo por este fato, que abriu ao império uma era nova. Foi ele o intérprete dos sentimentos da nobre corporação, sendo apenas capitão tenente e havendo nela, como hoje, generais de elevado mérito. Nesse ano foi nomeado Inspetor dos Arsenais de Marinha do Rio Grande, aonde serviu até 1845 com os presidentes Álvares Machado, Saturnino de Sousa e Oliveira e Marquês de Caxias.

Em julho de 1841 a cidade do Rio Grande ia ser atacada. No que não acreditava o comandante da praça, não obstante as asseverações do Inspetor do Arsenal e do Dr. Travassos, na época Desembargador, logo após Juiz de Direito. Vendo o Inspetor Joaquim José Inácio que tal incredulidade podia ser fatal, acordou com o digno Juiz de Direito nas providências em ordem a sustentar a praça, pondo o mais importante da província como chave de sua barra. Veio com efeito o inimigo, as trincheiras foram guarnecidas a pedido do comandante, pelos operários do arsenal e marinheiros dos navios mercantes, e os pontos da mangueira e moinho de vento com oficiais de marinha em embarcações do arsenal. Reconhecendo a força agressora que tudo estava acautelado para a defesa, ao contrário do que esperava, retirou-se precipitadamente e batida por um troço de cavalaria legal, emigrou para a banda oriental. O comandante da praça foi agraciado com o oficialato do Cruzeiro; o Dr. Travassos e o inspetor do arsenal nada tiveram além da consciência de haverem cumprido galhardamente os seus deveres.

Em 1844, a 15 de março, foi promovido a Capitão de Fragata. Não podendo viver de acordo com o seu colega comandante das forças navais, pediu e obteve demissão dos lugares que exercia, sendo também demitido o dito comandante das forças.

O comportamento do ilustre oficial na província de S. Pedro valeu-lhe as mais significativas provas de apreço, que consigo conservava. A administração da Santa Casa de

Misericórdia, de que fora escrivão e provedor interino, mandou tirar-lhe o seu retrato que colocou-o na sala de suas reuniões.

Sob suas vistas foram feitos o cemitério e a casa dos expostos.

A inspeção do Rio Grande mereceu-lhe esta nota em seus assentamentos - poupou grossas somas de dinheiro aos cofres nacionais.

A 02 de abril de 1845 tomou o comando da fragata Constituição e nela seguiu para o Sul em outubro, conduzindo SS.MM.II.

Em agosto de 1846 foi para a Europa com o fim de fabricar a fragata. Chegou a Plymouth no dia 1º de outubro desse mesmo ano e aí ficou até maio do ano seguinte. A disciplina e ordem em que conservou a guarnição captaram-lhe a benevolência das autoridades inglesas. Lord Auckland, chefe do Almirantado, Sir John West, Sir Samuel Pynn, Sir John Luis fizeram dele tantos elogios ao agente diplomático do Brasil, em Londres, o Sr. Marques Lisboa, que este cavalheiro, ao visitá-lo a bordo da Constituição, disse-lhe com a maior efusão de prazer: “Estou na Europa há 14 anos e é hoje o primeiro dia em que, saudando a nossa bandeira digo: - patrícios, vós me encheis de orgulho chamando-me brasileiro.” À volta da fragata, em 1847, o Sr. Cândido Batista, nomeou-o membro da comissão por ele próprio presidida que, como conselho naval tratava de todos os negócios da marinha e fez-lhe os mais brilhantes elogios oficiais, que foram transcritos em sua fé de ofício.

Em abril de 1848 foi estacionar para a Baía. Ameaçada de uma rebelião a província de Pernambuco foi para ali mandado com a fragata tomar o comando das forças navais, o que teve lugar em princípios de novembro; chegou a ter debaixo de suas ordens onze navios com mais de 1.200 praças de guarnição. À testa de perto de 500 homens, achou-se nas ruas do Recife no lutuoso dia 02 de fevereiro de 1849; perdeu 23 homens e teve 62 feridos, dos quais 07 oficiais. Destas 500 praças eram 32 do vapor Afonso chegado às 11 horas da noite de 31 de janeiro sob o comando do bravo e honrado Barão de Tamandaré (Joaquim Marques Lisboa).

Em 14 de março de 1849 foi promovido a Capitão de Mar e Guerra. A 26 de maio de 1850 tomou conta da inspeção do Arsenal de Marinha da Corte, em que serviu até 14 de novembro de 1854. No decurso destes quatro anos e meio ultimou a construção da corveta Baiana, construiu a corveta Imperial Marinheiro, o brigue Maranhão, o brigue-escuna Tonelero e o vapor Ipiranga, provendo sempre as necessidades de outras construções miúdas e reparos de navios. Muitas outras obras revelaram o tino e a atividade com que dirigiu nesse tempo o serviço do arsenal.

Em 1852, foi promovido a Chefe de Divisão, e em 1854, depois de grave moléstia e de acurado tratamento, foi removido para o lugar de Capitão do porto da corte e província do Rio de Janeiro.

Durante a epidemia desse ano crítico fez parte da comissão paroquial de Santa Rita, esmolando de porta em porta em favor dos infelizes acometidos da peste, e obteve com os demais membros da comissão cerca de 4.000\$, que foram despendidos em tão caridoso fim. Estabeleceu também uma mesada à Enfermaria da Marinha, enquanto funcionou no Quartel de Bragança.

A 02 de novembro de 1855 foi nomeado encarregado do Quartel-General da Marinha, cargo que exerceu até 21 de novembro tendo sido promovido a Chefe de Esquadra em 02 de dezembro de 1856.

Em agosto de 1858 foi nomeado membro efetivo do Conselho Naval, onde serviu sempre o lugar de Vice-Presidente. Foi Presidente da Comissão de presas desde janeiro de 1856 e dos Conselhos de Administração e de Compras. Outras muitas comissões científicas, econômicas e administrativas lhe foram confiadas, na gestão das quais se houve com tanto acerto e inteligência, que delas se lhe mandou lançar notas honrosas em seus assentamentos.

Pediu a demissão do Quartel-General e do Conselho Naval porque, na elevada patente em que se achava, não podia nem devia, sem quebra da dignidade que sempre prezou, sofrer certas desatenções que, repelidas com o impulso de brios mal compreendidos, empeceria sem dúvida a marcha regular do serviço e da disciplina, de que é estrênuo observador. Preferiu pois reduzir-se ao minguado soldo de terra e condenar-se a ostracismo voluntário.

Da comissão de presas, de que era presidente e a que deu todo o desenvolvimento, desembaraçando-a de dificuldades extraordinárias e pondo-a em via fácil de conclusão, desse encargo, que ele desempenharia sem estipêndio algum, foi exonerado pelo Sr. Ministro da Marinha.

Se não houvesse outras provas do modo útil e dedicado por que serviu o lugar do Quartel-General, bastariam as publicações do almanaque de marinha e a compilação das ordens gerais, produtos de sua atividade investigadora e locubrações literárias.

Obteve a carta de Conselho em virtude de disposição da lei que criou o Conselho Naval.

Por decreto de 02 de março de 1861 foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, cabendo-lhe mais a honra de acumular a interinidade da Pasta dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ministério de que foi o primeiro encarregado, visto como a essa época começava o seu exercício.

A Marinha depositou toda a confiança nos profundos conhecimentos profissionais do seu Ministro, considerando-o uma de suas glórias.

Condecorações - concedida a 02 de dezembro a comenda da Ordem da Rosa. Tinha o hábito de Cristo desde outubro de 1829 e o de Aviz desde março de 1844; SS. MM., El-rei de Portugal, e o Imperador dos franceses, o honraram, aquele com o hábito da Ordem da Torre e Espada, e este com a comenda da Legião de Honra.

Títulos Nobiliárquicos - Barão de Inhaúma, e posteriormente elevado a Visconde, em 27 de setembro de 1867.

Atividades no STM - Nomeado Conselheiro de Guerra em 08 de outubro de 1864.

Falecimento - Em 08 de março de 1869, no Rio de Janeiro. Foi sepultado no Cemitério de São Francisco Xavier.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações**: Joaquim José Inácio de Barros. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

LAGO, Laurênio. **Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar**: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 25.

SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres: os contemporâneos**. São Paulo: Martins, s.d., p. 278-85.